



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TÁBUA

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA N.º 6 DE 30 DE JUNHO DE 2006

LOCAL: Salão Nobre da Câmara Municipal de Tábua
Hora: 14,30

MEMBROS PRESENTES (32): Trinta e dois.

Dr. Sidónio Fernandes da Costa

João Luiz Alves Fiúza

Dr. João Pedro Rangel da Costa Martins

Dr. José Ricardo da Costa Andrade

Drª. Ana Cândida Branquinho Correia Relvas

Fernando de Carvalho Andrade

Dr. Vitor Fernando Fernandes Fidalgo

Rui Brito Pereira

Prof. António Rodrigues Pais

António Santos Pinto

Joaquim Jorge Carvalho Pais

António Garcia da Cunha

Carlos Alberto Moreira

Maria Odete Simões Patrício

Joaquim Luís Almeida Gonçalves

Paulo Fernando Almas Veloso Marques

Américo Pegado Alves

Isabel Maria Castanheira Dinis Oliveira Lourenço (Presidente J. F. de Ázere)

José Silva Cardoso (Presidente J. F. de Candosa)

António José Santos Esteves (Presidente J. F. da Carapinha)

Fernanda Costa Cabral (Presidente J. F. de Covas)

Avelino Marques Figueiredo (Presidente J. F. do Covelo)

José Augusto Pereira Dias (Presidente J. F. de Espariz)

Anabela Ribeiro de Carvalho Martins de Oliveira (Secretária J. F. de Meda de Mouros), em substituição do Presidente da Junta (artº. 38º, nº 1, al. c) da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro)

Paulo Alexandre Cardoso Oliveira (Presidente J. F. de Midões)

Manuel Lourenço Dinis Gambôa (Presidente J. F. de Mouronho)

António Alves dos Santos (Presidente J. F. de Pinheiro de Coja)

Maria Adosinda Borges Pardal (Secretária J. F. da Póvoa de Midões), em substituição do Presidente da Junta (artº. 38º, nº 1, al. c) da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro)

Mário Nunes Rodrigues (Tesoureiro J. F. de São João da Boavista), em substituição do Presidente da Junta (artº. 38º, nº 1, al. c) da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro)

Fernando Manuel de Brito Gameiro (Presidente J. F. de Sinde)

António Manuel Fonseca Oliveira (Presidente J. F. de Tábua)

Vitor Manuel Moura Marques (Presidente J. F. de Vila Nova de Oliveirinha)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TÁBUA

Presente também o Presidente da Câmara Municipal de Tábua, Senhor Engº. Francisco Ivo de Lima Portela.

VEREADORES PRESENTES:

José Alberto Pereira

Dr. Marco Paulo Barreiras Marques Batista

Engº. José Alberto Pereira Vieira

MEMBROS DA ASSEMBLEIA FALTOSOS (4): Quatro

Drª. Ana Sofia Abreu Rodrigues

Serafim Ferreira Alexandre

Amílcar Castanheira Luís

Amadeu Dinis Lopes da Fonseca

VEREADORES AUSENTES:

Mário de Almeida Loureiro

Serafim Duarte Lopes Martins

Carlos António Tomás Ferreira

Compareceram ainda em substituição dos Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia de Meda de Mouros, Póvoa de Midões e São João da Boavista, nos termos do disposto no artº. 38º, nº 1, al. c) da Lei 169/99, de 18 de Setembro, os Srs. Anabela Ribeiro de Carvalho Martins de Oliveira (Secretária), Maria Adosinda Borges Pardal (Secretária) e Mário Nunes Rodrigues (Tesoureiro), membros das citadas Juntas de Freguesia.

Após a chamada e uma vez verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a Sessão.

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1- APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2006

Pelo Sr. Carlos Alberto Moreira foi pedida a palavra, que lhe foi concedida pelo Senhor Presidente da Assembleia o qual solicitou que se rectificasse na 9ª página e aquando da sua intervenção, no ponto 3 do Período da ordem do dia onde se lê “Dada a palavra ao Sr. Carlos Alberto Moreira, no uso dela censurou a obra ainda em curso de Beneficiação da Estrada entre Candosa – Covas – Vila Nova de Oliveirinha, já abordada várias vezes em sessões da Assembleia Municipal, pelo seu complexo traçado, criticado não só pela maioria das pessoas, como também pelo próprio Técnico responsável da obra, Engenheiro Adão, da empresa adjudicatária.

Contestou ainda os trabalhos executados nas bermas e valetas, no troço entre Covas – Vila Nova de Oliveirinha, dizendo que a estrada não fica em condições.”, passe a constar “Dada a palavra ao Sr. Carlos Alberto Moreira, no uso dela censurou a obra ainda em curso de Beneficiação da Estrada entre Candosa – Covas – Vila Nova de Oliveirinha, já abordada várias vezes em sessões da Assembleia Municipal, pelo seu complexo projecto, criticado não só pela maioria das pessoas, como também pelo próprio Técnico responsável da obra, Engenheiro Adão, da empresa adjudicatária.

Contestou ainda os trabalhos executados nas bermas e valetas, no troço entre Covas – Vila Nova de Oliveirinha, dizendo que os mesmos não ficaram em condições.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TÁBUA

Pelo Sr. Fernando de Carvalho Andrade foi pedida a palavra, que lhe foi concedida pelo Senhor Presidente da Assembleia o qual solicitou que se rectificasse na 6^a página e aquando da sua intervenção, no ponto 1 do Período da ordem do dia onde se lê "Dada a palavra ao Sr. Fernando de Carvalho Andrade, no uso dela manifestou-se concordante em relação à postura do Senhor António Santos Pinto, perante questões por ele suscitadas", passe a constar "Dada palavra ao Sr. Fernando de Carvalho Andrade, no uso dela manifestou-se concordante em relação à postura do Senhor António Santos Pinto, perante questões por ele suscitadas em Sessão anterior no contexto do URBCOM e as Grandes Superfícies Comerciais."; solicitou ainda que se rectificasse na 14^a página e aquando da sua intervenção, no ponto 7 do Período da ordem do dia onde se lê "Seguidamente foi pedida a palavra pelo Sr. Fernando de Carvalho Andrade, a qual lhe foi concedida pelo Sr. Presidente da Mesa e no uso dela disse que a "Entrevista", é um método muito subjectivo. Em sua opinião, deveriam haver dois métodos de selecção, independentemente da prova escrita e da entrevista. Referiu-se ainda à publicitação nos jornais regionais e nacionais." passe a constar "Seguidamente foi pedida a palavra pelo Sr. Fernando de Carvalho Andrade, a qual lhe foi concedida pelo Sr. Presidente da Mesa e no uso dela disse que a "Entrevista" é um método muito subjectivo. Em sua opinião, deveria haver outro método de selecção complementado com a entrevista e com qualquer outro escolhido pelo júri. Referiu-se ainda à publicitação nos jornais regionais e nacionais."

Pelo Sr. António José Santos Esteves, Presidente da Junta de Freguesia da Carapinha foi pedida a palavra, que lhe foi concedida pelo Senhor Presidente da Assembleia o qual solicitou que se rectificasse na 9^a página e aquando da sua intervenção, no ponto 3 do Período da ordem do dia onde se lê "Dada a palavra ao Sr. António José Santos Esteves, Presidente da Junta de Freguesia da Carapinha, no uso dela disse que, após ter analisado o documento que se pretende aprovar, não viu contemplada a Junta de Freguesia da Carapinha, ficando preocupado. Nesse contexto, referiu-se à Zona Industrial da Catraia de Mouronho/Venda da Serra, não podendo deixar de não salientar as tão importantes empresas implantadas na sua Freguesia.", passe a constar "Dada a palavra ao Sr. António José Santos Esteves, Presidente da Junta de Freguesia da Carapinha, no uso dela disse que após ter analisado o documento que se pretende aprovar, não viu contemplada a Junta de Freguesia da Carapinha, ficando preocupado. Nesse contexto, referiu que não era contra a Zona Industrial da Catraia de Mouronho mas, na sua freguesia estavam instaladas há vários anos outras empresas e nunca foi resolvida essa situação."

Seguidamente e uma vez que nenhum outro Membro da Assembleia usou da palavra, pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia foram aceites as rectificações ora indicadas ficando a constar da mesma. Posta à votação, pela forma usual de votar, a Acta da Sessão Ordinária de 28 de Abril de 2006, da contagem dos votos dos trinta e dois Membros neste momento presentes, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA: Zero;

APROVADA POR UNANIMIDADE a acta da Sessão Ordinária realizada em 28 de Abril de 2006, pelos Membros presentes na dita reunião.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se de seguida para o ponto seguinte.

2- LEITURA E APRECIAÇÃO DO EXPEDIENTE



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TÁBUA

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi apresentado e explicado o expediente da Assembleia, o qual na sua maior parte foi enviado a todos os Membros e que fica arquivado e à disposição de todos os Membros desta para consulta.

Foram apresentadas justificações de faltas à Sessão do passado dia 28 de Abril pelos Srs. Amadeu Dinis Lopes da Fonseca e Joaquim Luís Almeida Gonçalves, as quais já foram objecto de apreciação, tendo sido consideradas justificadas.

Não foi apresentada justificação de falta à Sessão do passado dia 28 de Abril pela Srª. Dª. Maria Odete Simões Patrício.

Foram apresentadas justificações de falta à reunião de hoje pelos Srs. Serafim Ferreira Alexandre e Amílcar Castanheira Luís, as quais foram consideradas justificadas pela Mesa da Assembleia e ficarão arquivadas no local próprio.

Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi ainda referido o teor da Resolução Política aprovada na XXIII Assembleia Geral do Conselho dos Municípios e Regiões da Europa (Innsbruck, Áustria, 10-12 de Maio de 2006) da qual foi extraída e entregue fotocópia aos Líderes de Bancada (três), bem como demais expediente da A.N.M.P..

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se de seguida para o seguinte ponto do período de antes da ordem do dia:

3- INTERVENÇÃO DOS EXCELENTESSÍSSIMOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA

No início deste ponto foi pedida a palavra por alguns Membros que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. Rui Brito Pereira, no uso dela questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre o encerramento do SAP do Centro de Saúde de Tábua e do Tribunal da Comarca, que fossem esclarecidos, pois estes assuntos estavam a causar preocupação na população Tabuense.

Em relação ao Projecto Urbcom, quis saber se a Vila de Tábua foi inserida nesse projecto.

Dada a palavra ao Sr. Dr. João Pedro Rangel da Costa Martins, no uso dela disse que perante a preocupação demonstrada por assuntos tão importantes como os que foram focados e que tanto preocupam a população Tabuense, reforçava o pedido de esclarecimentos por parte do Executivo e perguntou qual a estratégia que estava a ser adoptada?

Dada a palavra ao Sr. António Manuel Fonseca Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Tábua, no uso dela disse: "Sobre o possível encerramento do SAP – Serviço de Atendimento Permanente do Centro de Saúde de Tábua, teve conhecimento, relativamente a concelhos adjacentes, que os Directores dos SAP's reuniram com os Comandantes dos Corpos de Bombeiros desses concelhos para darem conhecimento do possível encerramento daqueles serviços, querendo saber se os Corpos de Bombeiros teriam ou conseguiram assegurar o socorro, a nível de materiais e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TÁBUA

elementos disponíveis, uma vez que, provavelmente, passaria a existir acréscimo de serviços nessa área e que lhe estava a ser solicitado um parecer sobre esta matéria.”

Informou a Assembleia e o Executivo Camarário que neste concelho não se realizou nenhuma reunião entre os Corpos de Bombeiros e o SAP de Tábua, mas que, provavelmente, o parecer já teria sido emitido. Ora, tudo isto o preocupava. Certamente iriam surgir problemas no futuro devido ao procedimento por parte do Directora do SAP de Tábua.

Ainda sobre o Posto Turismo de Tábua disse: “Depois de Outubro passado, tendo conhecimento da situação em que se encontrava a funcionar na sede da Junta de Freguesia de Tábua o Posto de Turismo Municipal de Tábua, estando a mesma a suportar todo o seu funcionamento, desde os consumíveis até à funcionária (Técnica de Turismo), rapidamente verifiquei que seria uma situação a resolver com a Câmara Municipal, com carácter de urgência, porque o protocolo existente entre o Município de Tábua e a Freguesia de Tábua não estava simplesmente a ser respeitado ou cumprido por parte da Câmara Municipal.

Efectuei várias diligências presenciais com o Ex. Senhor Presidente e Vereação, desde Novembro do ano transacto até ao mês em curso (7 meses), nas instalações da Câmara Municipal, da Junta de Freguesia e até na rua por várias vezes. Tentando cada vez, que compreendessem que teriam que tomar uma decisão, desde logo informando que da nossa parte, o Posto de Turismo Municipal podia nascer noutra local, achando eu que estaria a sugerir uma das soluções, porque não viamos obstáculo ou inconveniente algum, e porque sabendo o número de pessoas que ali se dirigiam, era de facto, uma necessidade e não um luxo este Concelho manter aquele serviço.

Muito mais havia a salientar sobre o atrás mencionado.

Assim, não havendo da parte deste Executivo Camarário, nenhuma solução ou sequer garantia, para a resolução deste problema, apenas promessas, de resolver não sei como, nem quando, e tendo em conta que a Junta de Freguesia de Tábua já contabilizava cerca de 5.000,00 Euros de despesas, oportunamente comunicadas, e mais uma vez sem qualquer resposta, não nos restou alternativa, não renovar o contrato da funcionária e de encerrar o espaço físico onde funcionava o Posto de Turismo Municipal, como atrás referi, contra a nossa vontade.

Esta minha intervenção tem apenas três objectivos:

1.º - Dar a conhecer a esta Assembleia Municipal que este Concelho deixou de disponibilizar este serviço;

2.º - Sensibilizar esta Assembleia e o Executivo Camarário que aquele serviço tem uma importância que considero elevada, tendo em conta a informação que existe e o fim a que se destina;

3.º - Que este Município, liquide a dívida que passou a existir para com a Freguesia, podendo desde logo ter sido evitada.

Para terminar, faço votos que ele nasça, nem que porventura seja outro local.
Obrigado.”

Dada a palavra ao Sr. Fernando de Carvalho Andrade, no uso dela focou o problema da água de Mouronho, a qual, segundo uma comunicação conjunta das Águas do Planalto e da Delegada de Saúde de Tábua, se encontra imprópria para consumo devido às chuvas de Junho que tornaram a água castanha e barrenta. Por outro lado, dos contactos efectuados com os responsáveis pela exploração e distribuição de água ao domicílio, Águas do Planalto, posteriormente disseram que a mesma já estava boa para consumo.

Outro assunto referido, foi o da Escola Básica 1, 2 de Mouronho, pretendendo saber em que estados se encontram as negociações, salientando, ainda, a discriminação do “Baixo Concelho”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TÁBUA

Ainda sobre a Declaração de Voto de Abstenção, continua a discordar do que foi dito, remetendo o assunto para o que o Regimento da Assembleia Municipal refere nesta matéria, fundamentado pela Lei.

Propôs que, sobre este assunto, se consultasse o Gabinete Jurídico da Associação Nacional dos Municípios Portugueses.

Dada a palavra Sr^a. D^a. Maria Odete Simões Patrício, no uso dela disse: "Gostaria de saber se as diligências efectuadas, no sentido de evitar que o Centro de Saúde fechasse as urgências à noite, tiveram sucesso ou não e qual é o ponto da situação neste momento?

Ouvi dizer que o Centro de Saúde se prepara com a anuência da maioria dos médicos, não só, para fechar as urgências da meia-noite às oito horas da manhã, mas simplesmente, fechar as urgências.

É lamentável o procedimento desses médicos e também é lamentável a dos detentores de cargos públicos que aceitam de braços caídos tudo o que lhe queiram impor. Louvam tanto o 25 de Abril, onde é que está esse espírito? Tenho a certeza que no tempo da "Outra Senhora", apesar de ser uma ditadura, isso não acontecia."

Dada a palavra ao Sr. Manuel Lourenço Dinis Gambôa, Presidente da Junta de Freguesia de Mouronho, no uso dela disse que reuniu com um Técnico da Empresa das Águas do Planalto e a Delegada de Saúde de Tábua e perante o resultado das análises feitas à água, esta se encontrava imprópria para consumo.

A resolução do problema passava pela necessidade de fazer um depósito para a purificação da mesma. Mas como a Empresa Águas do Planalto não recebeu da Câmara Municipal de Tábua essa infra-estrutura, tornava-se difícil pôr em prática um projecto desta natureza que, com certeza, iria solucionar o problema. Claro que existe a partir das fortes chuvas que se fizeram sentir e que provocaram a poluição do curso de água.

Pelo Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra disse que, relativamente à Declaração de Voto de Abstenção, concorda com o Sr. Fernando Andrade quando este disse que é manifestação da vontade de alguém. Respeita a sua opinião como a de qualquer membro desta Assembleia. Neste momento não tem qualquer dúvida, até porque o Código do Procedimento Administrativo é claro nesta matéria e por isso não tem necessidade de consultar o Gabinete Jurídico da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Senhor Engº Francisco Ivo de Lima Portela para responder às questões colocadas o qual, no uso dela, disse que a Câmara se opunha determinantemente ao encerramento do SAP do Centro de Saúde de Tábua entre as 20 h00 e a 08h00. Já tinham sido recebidos na Assembleia da República onde marcaram bem a sua posição, com palavras de grande dureza, mas também reconhece que não há "fumo sem fogo". O mais certo é o encerramento com a concentração dos Serviços em Arganil. No entanto, garantiu que não iriam aceitar. A Câmara teria de tomar uma atitude de manifesto e ainda mais reforçada se a Assembleia Municipal o solicitasse.

Quanto ao encerramento do Tribunal Judicial de Tábua, esclareceu que a racionalização dos Tribunais não implica o fecho das Comarcas. Existe, sim, uma racionalização de serviços e dos processos.

Sobre o estado da água de Mouronho, informou que estava relacionado com as enxurradas e não com o tratamento da água, até porque existe uma estação de tratamento. O que está em causa é a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TÁBUA

clarificação da água e, sem fugir às responsabilidades, esclareceu que o problema é da Empresa Águas do Planalto.

Quanto ao Posto de Turismo, anunciou que estava em estudo a sua remodelação em conjunto com a Região de Turismo do Centro. Delegou competência para este assunto no Senhor Vereador Engº José Alberto Pereira Vieira, que por sua vez se comprometeu a analisar a situação e dialogar com a Junta de Freguesia de Tábua, no sentido de a resolver o mais rapidamente possível.

Uma vez que nenhum outro Membro da Assembleia quis usar da palavra passou-se em seguida ao:

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1- APRECIACÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA E), DO Nº 1, DO ARTº. 53º, DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar a informação sobre a actividade municipal, possuindo já todos os Membros a informação escrita, documento que se dá como integralmente reproduzido, ficando arquivado na pasta própria.

O Senhor Presidente da Assembleia, uma vez que nenhum Membro quis usar da palavra, passou para o ponto seguinte.

2- APRECIACÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA E), DO Nº 1, DO ARTº. 53º, DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar a informação acerca da situação financeira do Município, tendo já sido distribuída a sua informação escrita, documento que se dá como integralmente reproduzido, ficando arquivado na pasta própria, estando ao dispor para esclarecer o necessário.

No início deste ponto foi pedida a palavra por um Membro que lhe foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia.

Dada palavra ao Sr. Fernando de Carvalho Andrade, no uso dela teceu observações no sentido do valor facturado ser superior à receita cobrada. No seu entender, em Tesouraria, não existiria dinheiro suficiente para fazer face a essas despesas se, porventura, todos os fornecedores simultaneamente entendessem ver satisfeitos os pagamentos.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder o qual no uso dela respondeu á questão colocada, referindo os mesmos argumentos que anteriormente usara, informando que existem obras em curso. Só poderão cumprir com essas obrigações depois do Estado proceder às transferências dos Fundos. Claro que, sem esse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TÁBUA

procedimento, nada é possível de imediato. Só em casos pontuais. Por sua vez, as obras não podem parar, acrescentou.

O Senhor Presidente da Assembleia, uma vez que nenhum outro Membro quis usar da palavra, passou para o ponto seguinte.

3- ELEIÇÃO DE UM AUTARCA DE FREGUESIA PARA O CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal os quais já foram distribuídos aos Exmºs. Membros da Assembleia para apreciação e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria.

Seguidamente foi pedida a palavra pelo Director do Grupo Municipal do P.S. , Sr. Rui Brito Pereira, que lhe foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia e, no uso dela, solicitou um intervalo de 10 minutos para reunir com o seu Grupo Municipal.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi concedido o intervalo de 10 minutos uma vez que não houve opinião contraditória e suspendeu os trabalhos.

Decorrido o intervalo e após todos terem tomado os seus lugares, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi perguntado sobre as posições definitivas a que chegaram.

Pedida a palavra pelo Sr. Rui Brito Pereira, Director do Grupo Municipal do P.S. a qual lhe foi concedida pelo Sr. Presidente da Mesa, no uso dela disse que o Grupo Municipal do P.S. apresenta o candidato Sr. Albertino Correia da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de São João da Boavista para integrar o Conselho Cinegético Municipal.

Pelo Grupo Municipal do P.S.D. não foi apresentado qualquer candidato.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi designada pela Letra "A" a proposta apresentada pelo Director do Grupo Municipal do P.S..

A Mesa procedeu à distribuição de boletins em branco para cada um dos Membros votar da forma que preferir sendo certo que existe apenas uma lista.

Feita a chamada de cada um dos Membros e depositados todos os votos, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi solicitado a dois Membros desta Assembleia, os Senhores Vitor Manuel Moura Marques, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Oliveira e a Maria Adosinda Borges Pardal, Secretária da Junta de Freguesia de Póvoa de Midões para procederem ao escrutínio, ao que ambos acederam.

Da contagem dos trinta e dois votos dos Membros presentes apurou-se o seguinte resultado:

LISTA A: VINTE VOTOS

VOTOS NULOS: UM

VOTOS BRANCOS: ONZE



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TÁBUA

APROVADO POR MAIORIA que o eleito de entre os autarcas de freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal nos termos do disposto no artigo 157º, nº 2, al. e) do Decreto-Lei nº 202/2004, de 18 de Agosto, é o Sr. Albertino Correia da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de São João da Boavista.

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.

Elaborada a Minuta, lida e posta à votação pela forma usual de votar, foi aprovada por unanimidade e após assinada pelo Sr. Presidente da Assembleia.

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte.

4- REGULAMENTO DE APOIO A PEQUENAS SOLUÇÕES HABITACIONAIS

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal os quais já foram distribuídos aos Exmºs. Membros da Assembleia para apreciação e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria.

No início deste ponto foi pedida a palavra por um Membro que lhe foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia.

Dada palavra ao Sr. Fernando de Carvalho Andrade, no uso dela teceu elogios ao "Regulamento de Apoio a Soluções Habitacionais", afirmando que estava bastante completo e que merecia a aprovação de todos.

Uma vez discutido este ponto e não tendo sido pedidos quaisquer esclarecimentos, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi esclarecido que, o que a Câmara Municipal pretende ver aprovado o Regulamento de Apoio a Pequenas Soluções Habitacionais, elaborado pelo Sr. Dr. Marco Paulo Barreiras Marques Batista, Vereador com o pelouro de Acção Social, aprovado em Reunião de Câmara de 27 de Junho p.p., documento que se dá por reproduzido.

Posta à votação pela forma usual de votar, da contagem dos votos dos trinta e dois Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA: Zero;

ABSTENÇÕES: Zero;

VOTOS A FAVOR: Trinta e dois.

APROVADA POR UNANIMIDADE a proposta apresentada, ou seja, o Regulamento de Apoio a Pequenas Soluções Habitacionais da Câmara Municipal de Tábua, elaborado pelo Sr. Dr. Marco Paulo Barreiras Marques Batista, Vereador com o pelouro de Acção Social, aprovado em Reunião de Câmara de 27 de Junho p.p., documento que se dá por reproduzido.

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.

Elaborada a Minuta, lida e posta à votação, pela forma usual de votar, foi aprovada por unanimidade, a qual foi assinada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TÁBUA

5- COMISSÃO REGIONAL DE TURISMO DO CENTRO / RELATÓRIO E CONTAS DE GERÊNCIA DO ANO DE 2005

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal os quais já foram distribuídos a todos os Membros para apreciação e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria, perguntando aos Deputados Municipais se queriam colocar alguma questão sobre este ponto, informando que se trata apenas de uma informação e que não carece de votação.

Uma vez que não foram solicitados quaisquer esclarecimentos o Sr. Presidente da Mesa declarou encerrado o período da Ordem do Dia e passou então para o último ponto da Ordem de Trabalhos.

III – AUDIÇÃO DO PÚBLICO

Foi pedida a palavra pelo município Sr. José Manuel Almeida, casado, residente na Estrada da Lameira – Arinte -Tábua, que o Senhor Presidente da Assembleia concedeu e, no uso dela disse:

Começou por felicitar o Senhor Engº. Francisco Ivo de Lima Portela, Presidente da Câmara Municipal de Tábua a quem apresentou os seus cumprimentos. Seguidamente enalteceu a figura de Sua Excelência o Sr. Presidente da República, Prof. Dr. Aníbal Cavaco Silva, com quem diz ter-se correspondido e que tem em seu poder uma carta do seu gabinete. Solicitou ainda ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tábua que o recebesse no seu gabinete para relatar, “em OFF”, algumas situações existentes, por recear pela sua integridade física.

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara salientou que as questões fossem colocadas imediatamente.

De imediato surgiram algumas vozes de indignação na Assembleia que levaram ao pedido do uso da palavra por alguns Membros que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia.

Dada a palavra ao Sr. Fernando de Carvalho Andrade, no uso dela manifestou-se contra a intervenção do Município quando este solicitou, perante a Assembleia Municipal, para ser ouvido em privado pelo Senhor Presidente da Câmara com o intuito de apresentar pessoalmente as suas queixas, dado o receio de poder vir a ser vítima de retaliação física.

Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi sugerido ao município que explanasse os seus problemas pois caso contrário ficaria a pairar um clima de suspeição geral.

Em face das posições assumidas pela Assembleia, de novo foi pedida a palavra pelo Sr. José Manuel Almeida, que lhe foi concedida pelo Senhor Presidente da Assembleia e, no uso dela questionou os critérios de atribuição de licenças para abertura de poços. É que, segundo o que expôs, o seu pedido de licenciamento foi reprovado em Coimbra devido à distância da ribeira. Afirmando ainda que, posteriormente ao seu pedido, já foram construídas habitações e feitos furos artesianos a menos de dez metros, pelo que, sem querer ser “bufo”, foi obrigado a manifestar-se.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TÁBUA

Seguidamente foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Tábua aqui presente, Senhor Engº Francisco Ivo de Lima Portela, para responder o qual, no uso dela, admitiu que muitos furos que por aí existem, não têm licença. Deve ser tomada uma posição em relação ao problema e que, a partir de agora, muitos dos furos e poços irão ser fiscalizados pelas entidades competentes.

Nada mais havendo a tratar, pelo Senhor Presidente da Mesa, foi dada por encerrada a presente Sessão e para constar se lavrou a presente acta que foi redigida pela Srª Dª Isabel Maria Rodrigues do Carmo Coelho da Ponte e que eu, João Luiz Alves Fiúza, Primeiro Secretário, revi e assino com o Senhor Presidente da Mesa, Dr. Sidónio Fernandes da Costa, depois de aprovada.

O Presidente da Mesa:

(Dr. Sidónio Fernandes da Costa)

O Primeiro Secretário:

(João Luís Alves Fiúza)

O Núcleo de Apoio:

(Isabel Maria Rodrigues do Carmo Coelho da Ponte)